

Carta de Buenos Aires - 13 de dezembro de 2017.

Nós ativistas do Fórum de ONGs Aids do Rio Grande do Sul e do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (GTPI/Rebrip), coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), reunidos em Buenos Aires para participar da Cúpula dos Povos “Fuera OMC: construyendo soberania”, especialmente do “Foro de Soberania Sanitária”, da marcha “Fuera OMC” e da Assembleia final de convergência da Cúpula dos Povos, identificamos os seguintes desafios e retrocessos:

Na medida em que se fortalece o neoliberalismo, a vida e a dignidade humana perdem seu valor e as forças que defendem o lucro se sobrepõem a políticas que defendem as pessoas. Esse avanço neoliberal se expressa em processos de privatização dos serviços de saúde, na substituição de sistemas universais de saúde por esquemas de cobertura universal – que consistem em pacotes mínimos de serviços oferecidos sem integralidade e participação social - e num sistema de patentes mais fortalecido, responsável por excluir parcelas cada vez maiores da população mundial do acesso a medicamentos essenciais. A combinação desses fatores gera desigualdades no acesso a saúde, sofrimento e morte.

Esse contexto de mercantilização da saúde promove um descolamento intencional entre saúde e direitos humanos, reduzindo a saúde a um mero território de acumulação financeira, esvaziado de qualquer sentido social, político e democrático.

Apesar de ser um tema com muitas interfaces, há uma dificuldade de inserção da saúde como um tema transversal nas demais agendas políticas e sociais. É necessário também reforçar a participação de diferentes seguimentos da população na luta pelo direito à saúde, especialmente dos seguimentos mais vulneráveis aos agravos de saúde.

Evidenciou-se que os retrocessos observados no Brasil na garantia de uma saúde pública, universal, igualitária, integral também estão ameaçando outros países da região que passam por situações graves de desmonte e violação do direito à saúde.

O Acordo de Livre Comércio entre União Europeia e Mercosul sintetiza este processo de avanço do neoliberalismo sobre a saúde, impondo ameaças graves especialmente para a garantia do acesso a medicamentos e potencializando a desvinculação entre saúde e direitos humanos.

Propomos como estratégias de enfrentamento:

- Fortalecimento de alianças entre movimentos de defesa da saúde na América Latina
- Reconhecimento da saúde como um tema transversal e global de mobilização
- Busca de estratégias para relacionar a agenda de saúde global com a agenda local e para ações de comunicação que traduzam e visibilizem as questões de saúde e comércio para mais gente
- Articular as iniciativas de saúde com o tema de direitos humanos, de forma intersetorial
- Explorar como espaços de participação em 2018 o Fórum Social Mundial, a Conferência de vigilância em Saúde, e as ações em prol de um tratado vinculante da ONU sobre empresas e direitos humanos.
- Explorar como espaços de incidência: plataformas de candidatos a eleição, audiência no Conselho Nacional de Saúde sobre o tratado Mercosul-EU; e audiências públicas em parlamentos nacionais e no Parlasul sobre as ameaças à saúde impostas pelo comércio.

Nas discussões que travamos na nossa participação aqui percebemos que os desafios são comuns e exigem resposta coletiva, baseada em solidariedade entre movimentos. Tendo como princípio de luta os direitos humanos e o acúmulo de experiências e conhecimentos na área da saúde, reafirmamos nossa resistência aos retrocessos sociais decorrentes do avanço de neoliberalismo e nos dispomos a seguir contribuindo para um acesso universal de qualidade à saúde. Saúde não é negociável, é um direito e um bem comum.